

Ortodoxia e Heterodoxia na Discussão sobre Integração Regional: A Origem do Pensamento da CEPAL e seus Desenvolvimentos Posteriores

Adriana M. Amado Professora do Departamento de Economia da Universidade de Brasília

Maria de Lourdes R. Mollo

Professora do Departamento de Economia
da Universidade de Brasília

RESUMO

O artigo analisa as origens heterodoxas da discussão sobre integração econômica na América Latina, sobretudo associadas à CEPAL, e mostra que as preocupações que norteavam essas discussões tinham um caráter heterodoxo. Confronta essa posição com a perspectiva atual de integração econômica, que está muito mais alinhada com as colocações caras à ortodoxia. Discute as origens dessa mudança de posição em relação ao tema a partir de insuficiências teóricas na área monetária.

PALAVRAS-CHAVE

integração econômica, heterodoxia, CEPAL

ABSTRACT

The paper observes the heterodox origin of the discussion on economic integration in Latin America, specially the one associated to ECLA, and highlights the concerns which supported this discussion and which had a heterodox character. This position is compared with the contemporary perspective on the economic integration issue, which is much aligned to the orthodox perspective, driving the heterodox analysis to a sceptic perspective on this issue.

KEY WORDS

economic integration, heterodox perspective, ECLA

JEL Classification

B5, E0, F4

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir a integração de países em blocos regionais, do ponto de vista heterodoxo. Para tanto, o item 1 retoma os principais argumentos heterodoxos sobre a formação de blocos regionais, chamando atenção para as principais diferenças com relação ao pensamento ortodoxo, exposto rapidamente no início. Destaca ainda as razões do ceticismo heterodoxo quanto às integrações em geral e, em particular, quanto às propostas de integração atuais, em vista das conseqüências danosas esperadas pelos heterodoxos quanto mais liberalizados forem os mercados entre os países integrados e mais diferentes forem tais países. Em seguida, no item 2, o trabalho faz uma análise detalhada das principais preocupações da CEPAL entre os anos 1950 e 1970, chamando atenção para os traços heterodoxos deste pensamento no que tange à integração proposta e para as insuficiências do pensamento monetário cepalino. O item final, das conclusões, sumaria as principais idéias dos itens anteriores e chama atenção para a tônica liberalizante mais ortodoxa das propostas atuais da CEPAL, relativamente às anteriores, e para as conseqüências disso nas discussões atuais de integração da América Latina.

1. O PENSAMENTO HETERODOXO E O CETICISMO QUANTO AOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE BLOCOS REGIONAIS

Quando pensamos na formação de blocos regionais ou em integração econômica entre países, pensamos em sistemas de acordos que facilitam as relações econômicas entre eles e, neste sentido, liberalizam os mercados. O nível de aprofundamento desta liberalização depende do tipo de acordo que pode ir desde o estabelecimento de meras reduções tarifárias entre os países do bloco (Áreas de Tarifas Preferenciais), até uma União Monetária, onde todos os residentes nos países do bloco podem realizar quaisquer transações sem controles ou restrições, ou onde os espaços econômicos encontram-se completamente ligados pelo livre jogo das forças de mercado. Entre estes dois tipos de integração existem ainda a Área de Livre Comércio, onde as tarifas são inteiramente eliminadas dentro do bloco, a União Aduaneira,

onde além da eliminação de tarifas existem tarifas comuns para relações com terceiros países não participantes da integração e o Mercado Comum onde, além das mercadorias e serviços circularem livremente, circulam também a força de trabalho e os meios de produção.

Quanto maior é a profundidade da integração, mais liberalizadas são as relações econômicas entre os países e menor é o poder regulamentador dos Estados nacionais para realizar políticas específicas, e isso quanto maiores forem as diferenças entre países.

A impossibilidade de garantir objetivos econômicos específicos deve-se à obrigatoriedade de seguir regras comuns. Quando, por exemplo, a integração restringe-se a preferências tarifárias, a política econômica de cada país tem margem de manobra para intervir não apenas com relação às transações de mercadorias e serviços, mas mesmo na escolha das mercadorias e serviços que devem entrar nas preferências tarifárias. Não se dá o mesmo, porém, quando o acordo de integração prevê, além do comércio livre de mercadorias, o livre trânsito de meios de produção e força de trabalho, e muito menos quando a moeda é única, e as transações podem se fazer sem obstáculos entre os países do bloco. Nesses casos, há necessidade de uniformização de políticas dentro do bloco integrado, o que é mais problemático quanto maiores forem as diferenças entre os países. Assim, quanto maior for a importância da ação estatal nas diferentes concepções econômicas, maior tende a ser o ceticismo quanto às integrações profundas entre países diferentes.

É justamente por meio da defesa da liberalização de mercados que se justifica, para os ortodoxos, a implementação das uniões monetárias, tipo mais profundo de integração regional. O pensamento dominante sobre integração entre países é ortodoxo, e inclui não apenas a concepção neoclássica mais antiga, mas também as dos atuais novos-clássicos e novos keynesianos. É a crença no mercado como sistema mais eficiente de regulação econômica que une esses autores em maior ou menor grau, levando-os a esperar a convergência econômica entre países mais e menos desenvolvidos, com o capital

1 Para uma comparação entre teorias econômicas distintas sobre liberalização econômica ver MOLLO & AMADO (2001).

dos primeiros fluindo para os últimos em busca de rentabilidades maiores, estas decorrentes de maiores oportunidades de investimento.¹ Esta é, pois, a primeira razão para a defesa das integrações entre países que, como vimos, quanto mais aprofundadas forem, mais relacionam os países por meio do sistema de preços de mercado.

A segunda razão para a defesa das integrações relaciona-se com a concepção monetária dos ortodoxos. A moeda, para eles, é neutra a curto ou a longo prazo, o que significa que só tem efeitos permanentes sobre o nível geral de preços. Como o mercado é guiado por preços relativos, é preciso evitar elevações do nível geral de preços para não confundir os agentes econômicos e sua eficiência alocativa, razão pela qual o controle inflacionário é motivo de muita preocupação nas concepções liberais.

As duas razões apontadas acima - liberalização de mercados e estabilidade do nível geral dos preços - estão presentes nas argumentações ortodoxas em prol das uniões monetárias, tanto as mais antigas, como as das discussões das áreas monetárias ótimas (MUNDELL, 1961 e MCKINNON, 1963), quanto nas mais atuais. Para Mundell, por exemplo, é a mobilidade de fatores que substitui a necessidade de flutuação cambial, tornando ótima a área para união monetária.² Para McKinnon, é o temor de pressões inflacionárias, quando o peso dos bens comercializáveis nas cestas de consumo aumenta, que o levam a pregar a taxa fixa ou a união monetária entre países.³ Ora,

2 Para Mundell, quando houvesse mudança na demanda entre países ou regiões, elas poderiam causar inflação no país/região onde se produz a mercadoria cuja demanda aumentou e desemprego no outro país/região com a queda da produção por perda de demanda. Este problema poderia ser solucionado com taxas de câmbio flutuantes por apreciação da moeda do país/região que sofreu aumento de demanda (e correspondente depreciação do câmbio no outro país/região), ou o equilíbrio poderia ocorrer se houvesse migração de fatores do país/região que perdeu demanda para o outro, evitando desemprego e inflação. Neste último caso, ter-se-ia uma área monetária ótima, porque não seriam necessárias mudanças de paridade para garantir o equilíbrio.

3 Para McKinnon, caso o peso dos bens comercializáveis fosse grande, o impacto de uma depreciação cambial após um déficit no balanço de pagamentos não seria suficiente para equilibrá-lo, porque embora os preços dos bens comercializáveis crescesse, a pressão por aumento de salários seria grande, dado o peso grande dos comercializáveis nas cestas de consumo, levando também a aumento de salários e aumento preços dos não comercializáveis. Isso impediria que o consumo de bens comercializáveis fosse desestimulado, atrasando o equilíbrio do balanço de pagamentos. Além disso, o aumento tanto dos preços dos bens comercializáveis quanto dos não comercializáveis causaria uma pressão inflacionária indesejável. Daí a prescrição de taxa de câmbio fixa em área monetária ótima onde os membros estariam sujeitos a controle monetário comum.

tanto a mobilidade de fatores quanto o peso dos bens comercializáveis nas cestas de consumo aumentam com a abertura da economia, como é o caso atual com a globalização, o que justifica, para os ortodoxos, o estímulo à formação de uniões monetárias. Finalmente, nas versões mais modernas da ortodoxia, com os novos clássicos e novos keynesianos, é a idéia de expectativas racionais, onde os agentes antecipam as ações do governo e as prescrições do modelo monetarista, que impõe não apenas o receituário ortodoxo de controles monetários e regras de emissão para impedir gastos dos governos, mas formas de garantir a credibilidade destes no cumprimento de tais regras. As uniões monetárias, neste caso, são vistas como meios de garantir a disciplina monetária ou ainda via cumprimento de regra comum de emissão monetária e por meio do banco central da união, que permite fugir de pressões aos governos nacionais, ou ainda via acordos de constituição da união monetária, que evitam que os governos sigam políticas inflacionárias próprias de cobertura de déficits.

Ao contrário dos ortodoxos, os heterodoxos não apenas não crêem no poder regulador do mercado, mas atribuem papel destacado à intervenção econômica do Estado. Esta é a razão pela qual as propostas heterodoxas de integração entre países sempre buscaram preservar as especificidades e usar as complementaridades entre os países. Isso estava presente nas propostas de internacionalismo socialista, caras aos marxistas, que, ao contrário da concorrência entre mercados, buscavam a soma de forças do operariado na sua organização internacional; assim como também estava presente na proposta keynesiana do *bancor*,⁴ que respeitava políticas econômicas nacionais e complementaridades entre países, ao permitir depreciações. (HARROD, 1951, citado por SMITHIN, 1994).

4 A proposta para o novo arranjo institucional que fundamentaria o Sistema Financeiro Internacional, feita por Keynes, assumia a criação de uma moeda internacional, Bancor, que seria emitida pela *International Clearing Union* e que seria usada exclusivamente por governos e Autoridades Monetárias para efetivarem suas transações internacionais. As taxas de câmbio das diversas moedas em relação ao Bancor seriam fixadas em comum acordo entre os diversos países e deveriam ser revistas periodicamente levando em consideração desequilíbrios nos balanços de pagamentos e fatores reais que pudessem ter influência sobre o comércio internacional.

Mesmo quando Keynes, de forma mais ortodoxa, pregava a taxa flexível de câmbio, deixando ao mercado o papel de regulá-la, o fazia não com o objetivo de mantê-la livre, mas com o objetivo de administrá-la conforme objetivos domésticos. (SMITHIN, 1994). Nas discussões com Ohlin, por exemplo, ao argumentar em favor da flexibilidade cambial, o fazia chamando atenção sobretudo para as especificidades dos países, para a necessidade do movimento cambial para compensar preferências diferentes, integração imperfeita de mercados e imperfeita substitutibilidade entre bens. (MOLLO, SILVA & TORRANCE, 2001; KRUGMANN, 1991). Assim, do ponto de vista keynesiano, onde o Estado tem um papel regulador importante, é de se esperar a preocupação com a flexibilidade das integrações quanto mais diferentes forem os países, de forma a garantir a administração de suas especificidades, evitando a necessidade de abdicação de políticas próprias.

No que se refere à heterodoxia marxista, as preocupações com relação ao papel do Estado relacionam-se com a perda de poder de pressão dos trabalhadores e das classes populares quando o papel do Estado é limitado por acordos de integração (DE BRUNHOFF, 1996, 1997, 1999), e isso se agrava tanto mais quanto mais distante estiver tal poder de pressão e maior for a concorrência entre países. A concorrência, numa visão marxista, diferentemente do caráter benéfico que tem para as demais escolas de pensamento, conduz a monopólios e oligopólios como consequência dos processos de concentração e centralização do capital. (MOLLO & AMADO, 2001). Neste processo os grupos e empresas que operam com tecnologia de ponta tendem a ter maior possibilidade de sucesso, dada a produtividade maior do trabalho. Esta, ao garantir custos menores e consequentes superlucros, torna bem-sucedidos os capitalistas mais modernos. É o sucesso inicial dos mesmos que lhes garante a possibilidade de pesquisar e desenvolver novos melhoramentos tecnológicos, e obter novamente, no futuro, superlucros, e assim sucessivamente. É assim que se formam as grandes corporações, os monopólios e grandes grupos controlando setores e mercados inteiros. (MARX, 1971). Como estes grupos, via de regra, apareceram primeiro nos países mais desenvolvidos, estes últimos tendem a sediar maiores sucessos do que os menos desenvolvidos, ampliando a desigualdade regional.

Além do problema da desigualdade regional que pode ser ampliada da forma acima mencionada nos blocos regionais com países com estruturas muito diferentes em termos de graus de desenvolvimento, a concorrência provoca também outro tipo de perdas, segundo os marxistas. Quanto mais profunda for a integração, maior é a concorrência entre os países do bloco, e mais difícil se torna a manutenção de compromissos sociais obtidos no passado no interior de cada país, compromissos que decorrem de evoluções históricas e políticas distintas, e preferências culturais e sociais próprias. Assim, diferentemente do que ocorre numa área de preferências tarifárias ou numa união aduaneira, onde a integração é mais superficial, quando os acordos de integração prevêm trânsito livre de força de trabalho, por exemplo, como é o caso do mercado comum e das uniões monetárias, há necessidade de harmonização das legislações trabalhistas, o que, em virtude da concorrência acirrada com as fronteiras econômicas liberadas, tende a se fazer por baixo, ou seja, reduzindo os ganhos salariais, previdenciários e trabalhistas em geral dos trabalhadores com legislações mais favoráveis. Neste caso é preciso não apenas cautela não apenas para aprofundar a integração se diferenças estruturais forem grandes, mas é preciso também garantir flexibilidade aos acordos e uma estrutura institucional de coordenação e administração do bloco que preserve e desenvolva canais democráticos de pressão social.

O ceticismo contemporâneo quanto às integrações regionais, por parte da heterodoxia econômica, por outro lado, também se relaciona com as questões monetárias. A forma dos heterodoxos conceberem a moeda na economia, mais importante analiticamente do que para os ortodoxos, seja em vista de sua não neutralidade, seja em consequência das dificuldades de administrá-la e controlá-la, em vista da sua endogeneidade, é outra razão para o ceticismo dos heterodoxos quanto às integrações regionais quanto mais profundas elas forem e, então, para a cautela nas proposições de uniões monetárias.

O tratamento recente das uniões monetárias, e mesmo o debate que o precede sobre o regime de câmbio mais adequado, acham-se calcados em concepções monetárias distintas (MOLLO, SILVA & TORRANCE, 2001; MOLLO & AMADO, 2001), e os argumentos-padrão deste debate são, em regra, «monetaristas» (SMITHIN, 1994), o que requer explicações mais detalhadas para entender a concepção heterodoxa. Enquanto para os ortodoxos as uniões

monetárias ou se darão em áreas com infra-estrutura similar ou estas são tornadas similares pela mobilidade dos fatores de produção (MUNDELL, 1961), as teorias heterodoxas vêem tal processo como muito mais problemático, exatamente em razão do papel que concebem para a moeda nas economias capitalistas, embora tenham concepções distintas a este respeito.

Para os marxistas os problemas decorrem de uma percepção de moeda que traduz estruturas produtivas distintas e que, ao unificar-se, forçam ajustes cujo custo social pode ser muito elevado, justamente porque a moeda não é neutra e seus efeitos sobre a economia real podem ser permanentes. Nestas circunstâncias, impor metas de contenção monetária estreitas, ou condições de produção uniformes, significa, em condições de concorrência acirrada, ajustes dolorosos que, de novo, reduzem custos, e então salários, aumentando para isso o grau de exploração da força de trabalho. Este tipo de processo pode ser visualizado hoje nas tendências à precarização do trabalho que se generalizam no mundo todo como consequência da concorrência acirrada com a globalização, em particular com a chamada flexibilização do trabalho e desmontes e privatização dos sistemas previdenciários. Quanto maiores forem as diferenças observadas nas estruturas produtivas e nas legislações trabalhistas em geral, mais duros serão os ajustes que, em condições de concorrência ampliada nas integrações mais profundas, como a união monetária, tenderão a uniformizar por baixo, ampliando o grau de exploração da força de trabalho na região.

A concepção marxista de moeda que alicerça este tipo de análise é a de moeda como relação social. Ao refletir estruturas produtivas próprias, as moedas refletem também conflitos internos e de relações entre países distintos. As estruturas de produção distintas se expressam em dinâmicas monetárias hierarquizadas ou em hierarquias de moedas nacionais. As tensões, provenientes dos conflitos, se mostram, em nível internacional, nas flutuações cambiais e nas dificuldades de conversibilidade entre moedas diferentes. Estas tensões e

5 O tipo de incerteza aqui tratado relaciona-se com a descentralização das decisões, no capitalismo, e com o futuro desconhecido ao tomar tais decisões. Neste sentido, trata-se de uma incerteza não probabilizável. Quanto mais dependente do futuro a decisão for, e quanto mais longínquo for o futuro, maior a incerteza. Assim, ela afeta sobretudo as decisões de investimento e tanto mais quanto mais longo for o seu período de maturação.

dificuldades, expressando os conteúdos políticos que a moeda tem neste tipo de concepção, mostram os problemas a serem enfrentados em integrações profundas como a monetária, em particular quando houver diferenças - e quanto maiores forem estas - entre as estruturas produtivas e na hierarquia entre as moedas.

Quanto ao pensamento pós-keynesiano, os problemas monetários vistos para as integrações, em particular para a união monetária, dependem das preferências pela liquidez diferentes entre países e regiões mais e menos desenvolvidos. (DOW, 1982, 1987 e 1990; CHICK & DOW, 1988, 1996). Neste referencial teórico da moeda, o mundo real é absolutamente permeado pela incerteza, e a liquidez representa segurança e proteção contra a mesma, a taxa de juros sendo o elemento que estimula os agentes a abrirem mão da liquidez.⁵ Além disso, contemplam-se nesta concepção, de um lado, regiões e países com mercados (reais e financeiros) mais desenvolvidos, com uma dinâmica endógena de crescimento e com uma trajetória estável de crescimento e, portanto, menor incerteza. De outro lado, países ou regiões onde os mercados são menos desenvolvidos, as trajetórias de crescimento são exógenas (impulsionadas sobretudo pelas exportações) e instáveis, e maior é a incerteza. Nestas circunstâncias, os agentes tenderão a ter uma maior preferência pela liquidez nas economias periféricas, dada a maior instabilidade das mesmas. Os multiplicadores bancários tenderão a ser menores nas regiões periféricas, porque, dada a maior incerteza, maior será a demanda por moeda, e os bancos tenderão a reter uma proporção maior dos depósitos na forma de reservas, o que restringe o crescimento.

Além disso, a incerteza é maior porque as regiões/países periféricos têm rendas menores. Isso se refletirá em uma relação *cash*/depósitos maior nessas regiões e este será mais um fator a reduzir os multiplicadores monetários e o crescimento econômico. Por outro lado, os coeficientes de importação dessas economias também tendem a ser mais elevados do que os das economias centrais. Como estamos tratando de economias regionais, isso se refletirá em uma redução dos multiplicadores monetários, dado que as importações representam um vazamento de liquidez. Assim, podemos observar que a dinâmica monetária tende a acentuar as desigualdades regionais ao invés de

reduzi-las, já que a demanda de liquidez maior nas economias/regiões menos desenvolvidas inibe o investimento e o crescimento.

Finalmente, o papel e a concentração do sistema bancário tendem a fortalecer os movimentos mencionados de ampliação das desigualdades. Assume-se aqui que há dois tipos de bancos: a) banco das regiões centrais que agem em todo o território nacional e b) bancos das regiões periféricas que têm sua atuação mais restrita a essas regiões, com os dois tipos de bancos tendendo a manter maiores reservas em relação aos depósitos nas regiões periféricas, dada a maior instabilidade das mesmas. Ao estender empréstimos às regiões periféricas, os bancos que têm suas sedes nas economias centrais tendem a ser mais reticentes do que os bancos que atuam nessas regiões, dado o caráter mais remoto dessas últimas, que fornece uma base mais volátil para a avaliação dos projetos em questão e reduzem a segurança na extensão de crédito. Neste caso, o banco dá preferência para estender crédito a projetos de empresas que atuam na periferia, mas que são empresas das regiões centrais. Essas empresas, por sua vez, tendem a ter uma relação econômica maior com as economias centrais, o que se reflete nas maiores importações do projeto, reduzindo os impactos regionais do mesmo para o desenvolvimento. Temos então vazamentos reais e financeiros. Portanto, o sistema financeiro tende a acentuar as desigualdades regionais, restringindo a criação de liquidez nas economias periféricas. Os bancos do centro, por sua vez, apresentam vantagens em relação aos da periferia, dada a maior capacidade de captação de liquidez por aquelas regiões, e isso gera naturalmente um processo de concentração bancária na região central. Como os bancos com sede nas regiões centrais tendem a criar entraves à extensão de crédito na periferia, o processo de concentração bancária acentua ainda mais as disparidades regionais.⁶

Todos os mecanismos descritos têm relação com mecanismos privados. Desta forma, a solução para romper com os referidos círculos viciosos deveria

6 Para uma análise desta questão com relação ao desenvolvimento da região Nordeste do Brasil, ver AMADO (1997).

passar pela atuação do Estado, tendo uma política monetária diferenciada para as regiões periféricas, ao mesmo tempo que se deveria ter bancos estaduais que atuassem sobretudo na periferia. Este tipo de mecanismo fica enfraquecido em integrações regionais muito profundas, em particular em uniões monetárias, dadas as dificuldades políticas envolvidas em políticas distributivas em geral, e de renda e liquidez, em particular.

A este respeito é preciso mencionar que tanto em concepções da tradição pós-keynesiana quanto da tradição marxista há defesas de uniões monetárias, apesar do ceticismo mencionado neste trabalho, que privilegiam exatamente a importância da atuação estatal e das políticas distributivas. É o caso, em particular, das proposições de Davidson (1985, 1992-93), Aglietta (1986, 1987) e Guttman (1994).

Quanto a Davidson, este sustenta a proposição de união monetária, em nível mundial, na idéia de complementaridade a ser buscada entre países e na necessidade de fornecimento supranacional de liquidez que permita estimular o desenvolvimento. Esta é a intenção na formulação do UMS (*Unionised Monetary System*). Este tipo de integração teria como vantagem a eliminação da incerteza ligada às variações cambiais com a possibilidade de evitar a drenagem de liquidez das regiões deficitárias para as superavitárias. Para tanto seriam necessárias políticas centralizadas de taxaço e gastos que permitissem a redistribuição de liquidez, de forma a reverter as assimetrias de balança comercial entre os países e os problemas de desigualdade do conjunto de países integrados, desenvolvendo a região como um todo. O que, no pensamento de Davidson, permite fugir da tendência à ampliação das desigualdades mencionadas acima, é o papel keynesiano do Estado, que passa, para ele, a ser desempenhado na esfera da UMS.

Também para Aglietta a moeda única requer tal papel centralizador do Estado, operado na esfera dos países envolvidos. É o que se conclui quando Aglietta (1986) chama moeda internacional a «*todo modo de organização de divisas nacionais que realiza esta centralização*» das dinâmicas monetárias, entendida esta como «*coordenações explícitas e regras que os Estados aceitem se impor que delimitem o campo de suas interações estratégicas*» e que «*baixem*

o custo de suas interdependências» (AGLIETTA, 1986, p. 16-17), de forma cooperativa.

Guttman (1994), por sua vez, usa argumentos keynesianos do tipo do usado por Davidson e Aglietta para discutir a criação de uma moeda de crédito internacional. Como marxista, reconhece as diferenças de sistemas produtivos nacionais e as dificuldades de adoção da moeda única.

“Local currencies on their own reflect in their relative values the different levels of labor productivity and industrial competitiveness of their respective areas. Their replacement by a uniform monetary standard subjects this entire system to a new valuation basis and forces corresponding adjustments in its economic structures.” (GUTTMANN, 1994, p. 430).

Do lado keynesiano, todavia, Guttman herda o entendimento de que é possível, via regulamentação, resolver alguns problemas. Assim, diz que:

“the imposition of a single currency on a community of states with different levels of economic development can only work if it is accompanied by new mechanisms of policy coordination and capital transfers that reduce performance differences. In the absence of such regulatory stabilizers, the tension between different national labor standards and a uniform monetary standard cannot be contained and gives rise to destabilizing movements of capital from the weaker periphery to the dominant center.” (GUTTMANN, 1994, p. 430).

Observe-se, pois, que mesmo quando há defesa de integrações profundas do tipo uniões monetárias, do lado da heterodoxia, elas vêm estruturadas num modelo de centralização de decisões extramercado, justamente para impedir que os ajustes via mero mecanismo de preços possam criar problemas ao desenvolvimento. Este tipo de preocupação encontra-se, em parte, na proposta de integração também heterodoxa da CEPAL, como veremos no próximo item, embora tendam a se enfraquecer mais recentemente com a tônica liberal da economia globalizada.

2. A CEPAL E A HETERODOXIA DAS SUAS PROPOSTAS INICIAIS DE INTEGRAÇÃO

O pensamento sobre desenvolvimento econômico da CEPAL nasce de uma tentativa heterodoxa de compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento, comum aos países latino-americanos, com base em uma interpretação que tinha por centro da análise as especificidades estruturais destes países. Esta interpretação invalidava as conclusões baseadas nas análises tradicionais da teoria neoclássica sobre desenvolvimento econômico que, como vimos, prevêem convergência econômica entre países de níveis diferentes pelo movimento do próprio mercado. Apesar disso, não se pode dizer que as análises rompessem, de fato, com a teoria neoclássica, como é possível perceber a partir de observações do próprio Raul Prebisch em entrevista dada em 1985, pouco antes de sua morte, sobre a teoria neoclássica em relação à integração regional. Dizia ele a esse respeito: «*Eu pessoalmente acreditava no conceito neoclássico de livre comércio («Asseguremos uma crescente zona de livre intercâmbio na América Latina. Demos tempo à indústria para adaptar-se à queda das tarifas. Demo-lhe o tempo necessário»).* À luz da experiência, vê-se que eu estava equivocado.» (POLLOK, KERNER & LOVE, 2001, p. 22). Embora Prebisch se considere neoclássico nessa afirmação, é certo que seu trabalho e o da CEPAL como um todo procuravam, sem discutir o marco teórico, introduzir mudanças que permitissem tratar as especificidades estruturais da América Latina. Este tipo de comportamento, segundo ele mesmo, levava os representantes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional a acreditarem que Prebisch não prestava atenção suficiente à escola neoclássica. Questionado sobre isso na entrevista mencionada, Prebisch confirma tal opinião a seu respeito e a justifica dizendo que isso se dava porque ele, sem desconhecer a iniciativa privada, achava que devia combiná-la com linhas gerais de planejamento. (POLLOK, KERNER & LOVE, 2001, p. 20).

Observe-se aqui que, curiosamente, no depoimento mencionado Prebisch assume sua crença, na época, nas conclusões neoclássicas, mesmo que com restrições que requeriam, para ele, maior planejamento. Mais tarde, porém, percebe seu equívoco em vista de problemas relativos ao liberalismo, ao contrário do que, veremos, será a tônica de trabalhos mais recentes da CEPAL.

É neste contexto de papel do Estado mais amplo e menos liberdade de mercado que se discute a perspectiva de integração econômica da América Latina como forma de, em grande medida, permitir a superação de alguns entraves estruturais colocados para o aprofundamento do processo de industrialização por substituição de importações ocorrido nesses países, principalmente a partir da década de 30, quando da superação do modelo agrário-exportador.⁷ É isso que se observa no início do principal documento da CEPAL que trata da integração latino-americana: *“As páginas seguintes propõem-se a examinar o problema do mercado comum do ponto de vista do desenvolvimento econômico latino-americano.”* (CEPAL, 1959/2000, p. 349⁸). Claramente a perspectiva que estava por trás dessa análise era a da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL e a análise dos entraves que eram colocados ao desenvolvimento dos países periféricos, especialmente os latino-americanos. Dentre esses entraves, os problemas da dimensão dos mercados e da necessidade de transposição dos limites criados à produção de bens de capital aparecem em destaque como elementos que limitavam a continuação do processo de industrialização por substituição de importações. (TAVARES, 1969/CEPAL, 2000; e PREBISCH, 1948, 1952, 1964, 1965/CEPAL, 2000, CEPAL, 1956). Outro problema intimamente associado a este diz respeito à vulnerabilidade externa a que os países da América Latina se submeteram após o processo de industrialização. Esta permitiria desenvolver alguns setores, enquanto a integração permitiria o desenvolvimento dos setores de bens de capital necessários, reduzindo a necessidade de importações fora do bloco, problemática dado o problema de escassez de divisas. Na ausência de integração, a falta de escala impediria um desenvolvimento auto sustentado da região. Esta preocupação aparece explicitamente em documentos da CEPAL (1959).

«Um dos paradoxos do crescimento econômico da América Latina é que alguns países que pretendiam diminuir sua vulnerabilidade através da industrialização tornaram a se colocar numa

7 BRAGA (2001) resume bem o pensamento da CEPAL sobre integração econômica, salientando as diferenças em suas duas principais fases.

8 Nas citações antigas oficiais da CEPAL ou de economistas a ela ligados, que foram republicadas em 2000, referir-nos-emos ao ano de sua primeira publicação, seguido do ano da publicação onde foram consultadas.

situação muito vulnerável. Isso se deve, justamente, ao fato de a política de substituição ter-se realizado em compartimentos estanques. Nos países mais avançados da América Latina, a substituição chegou a tais extremos que as importações ficaram reduzidas aos produtos essenciais para manutenção da atividade econômica.” (CEPAL [1959a], 2000, p. 363).

Observe-se que a perspectiva da CEPAL de integração provinha de preocupações relacionadas com o desenvolvimento agregado da região, e menos com ganhos puramente comerciais. Além disso, a perspectiva é completamente distinta da teoria tradicional (MCKINNON, 1963, MUNDELL, 1961), que assume a idéia de mercado livre como a melhor forma de regulação econômica e que, por isso, vê como pouco problemático o aprofundamento das integrações, defendendo que quanto mais abertos ao mercado forem os países mais ganham em casos de integrações profundas como as uniões monetárias. A perspectiva da CEPAL era de uma integração relativamente limitada e cautelosa, sendo os ganhos em termos de livre movimentação de mercadorias e meios de produção descartados como condição.

“O Grupo de Trabalho empenhou-se em encontrar soluções adaptadas à realidade. O mercado comum deverá ser resultado de uma política, e não de uma fórmula. Naturalmente, poder-se-ia pensar numa fórmula completa e de longo alcance, na qual bens e serviços, homens e capitais circulassem livremente, sem travas de nenhuma natureza, num vasto mercado comum latino-americano. Esse objetivo final deverá manter-se sempre presente, ainda que só possa ser alcançado por etapas.” (CEPAL [1959a], 2000, p. 350, grifo nosso).

Mais do que a ênfase no alcance do tipo ideal de mercado comum, há uma preocupação clara com o cuidado que se deve ter com esse tipo de processo de integração em países com estruturas produtivas muito distintas e graus de desenvolvimento diferentes. (CEPAL, 1956,1959). Entretanto, observe-se, já aqui, que a circulação livre de bens, serviços, homens e capital é pouco problematizada, o que, como veremos adiante, relaciona-se com uma análise monetária heterodoxa deficiente.

Nesta mesma direção podemos observar que:

«A redução de tarifas almejada, até se chegar ao nível médio, não seria uniforme, mas se estabeleceria de acordo com grupos de países e categorias de produtos. Mais do que a um simples propósito de classificação, essas distinções obedecem a uma idéia fundamental: levar em conta os diferentes graus de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos e as dificuldades práticas de aplicar as reduções.» (CEPAL [1959a], 2000, p. 350)

Ou seja, as diferenças estruturais entre países eram vistas como problemáticas para o andamento do processo de integração, ou como algo que deveria ser analisado com cuidado e que era responsável pela redução da velocidade da integração ao invés de ser algo positivo definidor de vantagens comparativas. Mais que isso, era explícita a preocupação em garantir um nível de proteção superior às indústrias dos países menos desenvolvidos. Neste sentido afirmavam que

«without a higher degree of protection their industry would be prevented by its lower productivity, which is partly attributable to the narrower market at its disposal, from withstanding the competition of the larger countries.» (CEPAL, 1959, p. 18)

Assim, a CEPAL se opunha à tradição de analisar os ganhos associados à integração econômica associando-os aos ganhos propostos pelas teorias que advogavam o livre comércio.

As preocupações de natureza heterodoxa, ao propor a criação do mercado comum latino-americano, ficam claras quando se preocupam com o crescimento, articulando-o com a especialização que o intercâmbio recíproco poderá estimular e com a abordagem de indústrias cada vez mais complexas (bens de capital e produtos automotivos), só factíveis de se desenvolver num mercado maior proporcionado pela integração. Diziam quanto a elas que:

«Trata-se de indústrias que ainda não existem ou que estão em grau incipiente de desenvolvimento, e é nelas que se poderá

realizar, com relativa facilidade, a redução ou eliminação de tarifas aduaneiras que é pressuposta pelo mercado comum. Ao contrário, nas indústrias existentes será preciso proceder com extrema cautela, a fim de impedir as perturbações a que fizemos referência mais acima. O crescimento da demanda, porém, poderá aos poucos ir criando condições propícias nessas indústrias para a especialização e o comércio recíproco, à medida que o impulso geral da economia for permitindo a reformulação das atividades que possam ver-se comprometidas.

Por conseguinte o mercado comum poderá materializar-se tanto melhor e com um número tanto menor de transtornos quanto mais vigoroso for o crescimento da América Latina. Mas esse crescimento vigoroso não poderá ser conseguido sem a intensificação do comércio recíproco que o mercado comum procura conseguir. Assim, existe uma estreita interdependência entre o mercado comum e a aceleração do desenvolvimento econômico.” (CEPAL [1959a], 2000, p. 351-2).

Portanto, pelo que acabamos de observar, a proposta de integração econômica da América Latina tinha, efetivamente, preocupações caras à heterodoxia, ou seja, a integração deveria respeitar diferenças estruturais, buscando acelerar o desenvolvimento da região com a ampliação da dimensão do mercado, com o estímulo à industrialização e a redução da vulnerabilidade externa. Por outro lado, ao centrar suas preocupações na vulnerabilidade externa e na dependência dos países periféricos, a CEPAL mostrava exatamente os problemas associados aos impactos do comércio internacional livre, ao invés de analisar tal liberdade de comércio internacional como sempre benéfica, como é feito, em última instância, pela teoria tradicional, ao propor a integração econômica para intensificá-la.

Ao longo das discussões sobre integração pouco foi discutido do ponto de vista monetário. Entretanto, os problemas decorrentes da escassez e das dificuldades para a obtenção de divisas, explicitados em diferentes textos (CEPAL, 1956, 1959), deram origem à proposta de mercado comum de pagamentos e de um sistema de crédito e compensação próprio da região

integrada. (CEPAL, 1959). Nesta proposta aparecem preocupações heterodoxas com a necessidade de encontrar fórmulas para reduzir desigualdades entre os níveis de desenvolvimento e poupar divisas escassas e, principalmente, de criação e sustentação de um sistema multilateral de pagamentos que permitisse o equilíbrio das contas na região sem que a responsabilidade por esse equilíbrio recaísse, de forma recessiva, sobre os países deficitários. A este respeito afirmavam:

«There can be no doubt that if the country with a favorable balance had to grant credits to the debtor countries through a compensation centre and wait a reasonable time for settlement, the incentive to liberalize its import trade would be greater.»
(CEPAL, 1959, p. 25).

Neste tipo de concepção temos não apenas uma percepção de coordenação de complementaridades entre países, mas ainda que a liberalização não era vista como requisito para o crescimento, mas uma consequência de um processo coordenado de desenvolvimento integrado, entendido como crescimento do comércio multilateral. Percebiam que quanto mais se desenvolvesse a liberalização, maiores seriam as possibilidades de compensações multilaterais, embora dificilmente a própria liberalização pudesse desenvolver-se sem a organização de um sistema multilateral de pagamentos e amplos créditos.

É interessante notar que tal proposta de sistema de crédito e compensação traz algumas das principais vantagens apontadas nas propostas heterodoxas de uniões monetárias. (AGLIETTA, 1986 e 1987; DAVIDSON, 1985 e 1992-93; e GUTTMAN, 1994). Todavia, pouco foi divulgado a respeito dela nos documentos da época, e havia pouca percepção, entre os anos 50 e 70, acerca dos problemas monetários que a integração poderia provocar, o que se relacionava, a nosso ver, por um lado, com uma concepção monetária precária, dos teóricos cepalinos e, por outro, com uma percepção heterodoxa em geral, no período de desenvolvimento das teses da CEPAL, que entendia mal e explorava mal a importância da moeda na economia capitalista. É o que desenvolveremos neste item, antes de comentar as propostas de integração de corte liberal mais recentes.

No que se refere à precariedade da concepção monetária da CEPAL, ela foi responsável por uma concepção keynesiana muito próxima da neoclássica, o que impediu o pensamento de se libertar da ortodoxia econômica e propor formas de desenvolvimento diferentes das que serviam aos países centrais.⁹ Isto é perceptível nas concepções desenvolvimentistas cepalinas, a partir do lugar analítico atribuído à poupança.

Como bem resume Bielschowsky (2000), o estruturalismo cepalino chamava atenção para duas características centrais das estruturas latino-americanas: a base econômica especializada em poucas atividades de exportação, e a baixa produtividade em todos os setores, com exceção do exportador. Para compensar tais deficiências havia, segundo esta concepção, limitações sérias, entre as quais se destacavam a escassez de exportações e de disponibilidade de financiamento externo, e a insuficiência de poupança interna, esta última limitada, no setor público, por uma estrutura fiscal obsoleta e, no setor privado, impedida de ser ampliada por um amplo excedente real e potencial de mão-de-obra e uma baixa produtividade média *per capita*.

A idéia de que o problema de insuficiência de poupança era o hiato mais restritivo ao desenvolvimento, como lembra Bielschowsky, é comum nos textos de Furtado,¹⁰ o que o tornava um «keynesiano atípico» (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 160), já que para os economistas keynesianos as economias avançadas sofriam de excesso de poupança. Embora Aníbal Pinto chamasse atenção para os problemas relativos ao financiamento, essa era uma questão pouco explorada, em geral, pela CEPAL.

Este privilégio da análise da poupança, em desfavor dos entraves monetários para o crescimento, desconhecia a importância da moeda na obra de Keynes, em particular no que se refere aos trabalhos do seu período mais heterodoxo, pós Teoria Geral. De fato, ao escrever sobre o motivo finança, Keynes chama atenção para a importância dos bancos e do financiamento rotativo que

9 Aí está, a nosso ver, a razão para o equívoco assumido por Prebisch na entrevista mencionada anteriormente.

10 Observe-se, por exemplo, as referências de Furtado ao déficit de poupança como razão do subdesenvolvimento em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (FURTADO, 1961, p. 183 e 206) e em publicações mais novas como *O capitalismo global* (FURTADO, 1998, p. 60).

estes podem fornecer para viabilizar a concretização do investimento uma vez tomada a decisão de investir. Para Keynes, os bancos podem entrar o crescimento se não se dispuserem a se tornar menos líquidos fornecendo a liquidez necessária ao financiamento do desenvolvimento. (KEYNES [1937], 1983). Por outro lado, havia problemas importantes relativos ao fechamento do processo com mecanismos institucionais que permitissem a canalização adequada do *funding*. Esses mecanismos, no caso de países como o Brasil, não existiam no que diz respeito à esfera do mercado e eram supridos pelo Estado. (STUDART, 1995).

Nesta concepção keynesiana, se há financiamento para esta concretização do investimento, este viabilizará, via crescimento multiplicado da renda, uma poupança *a posteriori* que igualará contabilmente o investimento, sem que a poupança seja necessária *ex-ante* como lastro do mesmo. Este tipo de concepção chama atenção, por um lado, para a pouca importância analítica que a poupança prévia tem para o desenvolvimento, antes dele se concretizar, e justifica o argumento dizendo que quando há crescimento na taxa de investimento, este iguala necessariamente a poupança, não sendo, pois, esta, requisito para o primeiro. A finalidade da poupança, nesta concepção, é fundar o investimento *a posteriori*, ou seja, permitir a formação de um sistema financeiro desenvolvido, com quantidade e qualidade de produtos financeiros suficientes para permitir a conversão de dívidas de curto prazo, como as que satisfizeram o motivo finanças, por dívidas de longo prazo, ou seja, de prazos compatíveis com a duração da maturação do investimento feito.

Neste sentido, os cepalinos não perceberam toda a importância que havia para o desenvolvimento da região de um sistema financeiro próprio bem desenvolvido e, ao valorizar a questão da poupança, acabavam com um discurso próximo dos ortodoxos, ao invés de explorar e desenvolver melhor a proposta de centro de compensação e sistema de crédito anteriormente mencionada. Trabalhos recentes para o caso brasileiro vêm mostrando as dificuldades para o crescimento da ausência de um sistema financeiro de-

envolvido, assim como os argumentos teóricos ortodoxos que justificaram tal situação. (STUDART, 1995).¹¹

Também nas versões marxistas da teoria da dependência não se observam grandes preocupações com a análise monetária (FRANK, 1967), o que se relaciona com uma importância muito pequena dada a essa questão pelas visões marxistas tradicionais (SWEEZZY, 1981; DOBB, 1975), como bem observa De Vroey (1985). A razão para isto relaciona-se com o fato de que o processo de exploração da força de trabalho, núcleo de preocupação da teoria marxista, encontra-se no processo de produção, tornando-o, por isso, para a visão tradicional, mais importante do que o de circulação. Isto explicaria as pequenas contribuições marxistas na área monetária depois de Hilferding. Observe-se, contudo, que o processo de exploração é ininteligível sem a boa compreensão das categorias valor e moeda, na esfera da circulação, razão pela qual, para Marx (1971), a falta de percepção dos clássicos do que é a produção de mercadorias os impediu de compreender duas mercadorias especiais, a força de trabalho e a moeda, e então de apreender a exploração e o capitalismo.¹²

Este tipo de análise permite perceber os problemas monetários envolvidos nos processos de integração, problemas não percebidos e não analisados pela CEPAL entre os anos de 1950 e 1970. Houvesse ela detalhado a análise monetária da região, de um ponto de vista heterodoxo, teria percebido melhor os problemas envolvidos na integração. Do lado marxista, ficaria mais claro o entendimento da vulnerabilidade externa e da escassez de divisas relacionados com a conversibilidade difícil das moedas da região em moedas dos países centrais. Do lado pós-keynesiano perceberiam as tendências às desigualdades dentro do próprio bloco, provenientes de preferências pela liquidez diferentes, podendo propor regulamentações específicas para evitar trajetórias de crescimento divergentes e desenvolver melhor a proposta de

11 Trabalhos de pós-keynesianos mais antigos, como Joan Robinson e Kaldor, privilegiavam na sua agenda de pesquisa a questão da demanda efetiva sem muita articulação com a preferência pela liquidez. A esse respeito, ver CAVALCANTI (2003).

12 Estas são preocupações dos poucos autores marxistas que se dedicaram mais recentemente à questão monetária (BRUNHOFF, 1971, 1974, 1978 e 1979; RUBIN, 1978; LIPIETZ, 1983; FOLEY, 1982).

sistema de compensação de pagamentos e de crédito da região integrada. Mais do que mera curiosidade histórica, esta conclusão mostra o cuidado que se tem que ter com as propostas em andamento de integração econômica na América Latina, chamando atenção para a necessidade do pensamento cepalino visitar a concepção heterodoxa de moeda nas suas análises.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Comparamos o ceticismo das teorias monetárias heterodoxas em matéria de integração regional com as teses de integração da CEPAL, também consideradas heterodoxas. Mostramos que a heterodoxia do pensamento da CEPAL nesta matéria explicitava-se em preocupações ligadas à importância da intervenção estatal, às preocupações em flexibilizar a integração para garantir prioridades específicas de cada país, embora pecassem pela ausência de uma análise monetária de fato heterodoxa que permitisse concluir sobre problemas monetários ligados às integrações profundas, em particular as uniões monetárias.

Mencionamos, também, que esta análise teria, curiosamente, permitido entender melhor e instrumentalizar políticas de tratamento de problemas fundamentais no pensamento cepalino, como o da vulnerabilidade externa e o das desigualdades. Apesar de havermos justificado a ausência destas análises monetárias heterodoxas e o pequeno desenvolvimento e difusão delas, em nível internacional, entre os anos 1950 e 1970, esta justificativa não mais existe hoje.

Entretanto, os trabalhos mais recentes da CEPAL continuam reproduzindo os mesmos problemas e, conseqüentemente, as propostas mais recentes da CEPAL são muito mais liberalizantes. Destaque-se, a este respeito, que embora, como observa Bielschowsky (2000), tenham havido, na segunda metade da década dos 1970, por parte da CEPAL, «*seguidas advertências quanto aos riscos do endividamento generalizado na região e para os riscos da abertura comercial e financeira à outrance que se verificava no Cone Sul*» (p. 56), e nos anos 1980 a CEPAL tenha se oposto ao Consenso de Washington

de receituário liberal, trabalhos mais recentes, importantes na definição do pensamento da CEPAL, reproduzem os problemas teóricos aqui tratados.

Exemplo disso é o trabalho de Fajnsylber (1990/CEPAL, 2000), de finais dos anos 1980, que ao formular as bases para a «transformação produtiva com equidade» foca no progresso técnico para eliminar a pobreza e a vulnerabilidade externa da região, articula a reforma agrária com a distribuição da renda e esta com o padrão de consumo e então a poupança, mas, refletindo a ortodoxia monetária, atribui a esta capacidade de poupar a função de financiar o investimento. Daí a idéia de que padrões mais austeros, provedores de poupança, são capazes de dinamizar a economia. (FAJNZYLBER, 1990/CEPAL, 2000; BIELSCHOWSKY, 2000). Além de discutível tal dinamismo à luz da heterodoxia monetária pós-keynesiana, este trabalho passa a inspirar, como observa Bielschowsky, vários outros textos cepalinos dos anos 1990, que incluem políticas de abertura comercial inexistentes anteriormente.

De fato, a proposta de integração atual é a de «*regionalismo aberto*», apesar de «*a serviço da transformação produtiva com equidade*» (CEPAL, 1994/2000). A síntese mais recente das principais conclusões e proposições da CEPAL (CEPAL, 1994/2000) deixa claro o caráter liberalizante do pensamento cepalino. Apesar de destacar como antes os efeitos positivos das economias de escala (itens 1 e 8), e das incorporações do progresso técnico e especializações ligadas a elas (itens 3, 4, 5 e 6), o documento continua insistindo em níveis maiores de poupança como requisito prévio para o investimento (item 2) e conclui pela liberalização das economias via «regionalismo aberto». Este elimina protecionismos (item 12), compensa «custos de isolamento» (item 13), e ocorre graças aos benefícios dos processos de liberalização comercial, privatizações, desregulamentações, eliminação de entraves aos investimentos estrangeiros e supressão de restrições de pagamentos (item 17), como manda o receituário liberal. O «regionalismo aberto» é visto, pois, não com a cautela de antes, onde se resguardavam setores pouco preparados para a concorrência e onde se admitiam gradualismos, mas impulsionado «pelos sinais de mercado» (itens 20 e 25) e resultante da liberalização comercial em geral e em termos setoriais, garantindo uma economia internacional

«mais aberta e transparente» (item 22) e contribuindo para reduzir entraves e custos de transação (item 33).

A idéia de poupança prévia necessária ao investimento é sustentáculo teórico de tais propostas de liberalização, uma vez que a teoria ortodoxa diz que as poupanças migram dos países mais desenvolvidos, onde a rentabilidade é menor em razão da escassez de oportunidades de investimento, para aqueles menos desenvolvidos, onde tais oportunidades são abundantes e a rentabilidade alta, o que tende a reduzir as desigualdades quanto maior for a facilidade de migração de capitais, o que ocorre com a liberalização. (MOLLO & AMADO, 2001).

Ora, as teorias monetárias heterodoxas chegam à conclusão oposta, como vimos anteriormente, anunciando maior desigualdade quando se abrem as fronteiras mercantis, seja em razão dos processos de concentração/centralização com a concorrência acirrada, seja em vista da preferência pela liquidez maior nos países/regiões menos desenvolvidos. A análise monetária heterodoxa põe, pois, em dúvida, a possibilidade de transformar produtivamente com equidade conforme proposto no documento mais recente da CEPAL (itens 9 e 46), por mais interessante e louvável que seja a proposta de instituições democráticas dos blocos integrados (item 60).

A tendência liberalizante do pensamento da CEPAL é grave, sobretudo em vista da tônica já existente das liberalizações econômicas e monetárias no mundo globalizado, onde o euro se coloca em destaque. Nestas propostas, sabemos, são as concepções ortodoxas de moeda neutra e exógena que imperam, permitindo que se concebam e proponham integrações monetárias onde os critérios de articulação entre países prevêm a uniformização das estruturas produtivas por meio da concorrência, sem perceber os custos sociais envolvidos no processo, e onde os objetivos importantes são a disciplina monetária e a credibilidade do Banco Central Europeu, conforme o receituário monetário ortodoxo. Seguir tal tônica significa negar a heterodoxia do pensamento cepalino mais recente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, M. *La fin des devises clés* - essai sur la monnaie internationale. Éditions Paris: La Découverte, 1986.
- _____. Des principes keynesiens pour organiser un pôle monétaire européen. In: ZERBATTO *et alii*, *Keynesianisme et sortie de crise* - Keynes contre le libéralisme. Paris: Dunod, Bordas, 1987.
- AMADO, A. M. *Disparate regional development in Brazil: a monetary production approach*. Ashgate: Aldershot, 1997.
- BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - uma resenha. Em: *CEPAL*, v. 1, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Pensamento econômico brasileiro* - o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BRAGA, M. B. [2000] Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. *Anais da ANPEC*, 2001.
- CAVALCANTI, A. A. P. *Coordenação das políticas fiscal e monetária* - uma abordagem pós-Keynesiana. 2003. Dissertação (Mestrado), UnB, Brasília.
- CEPAL. Los pagos y el mercado regional en el comercio interlatinoamericano. *E/CN. 2/6.1/4* de 13 de agosto de 1956.
- _____. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.), v. 1, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. The Latin American Common Market. *E/CN.12/531*, 1959.
- _____. [1959a], «Significación del mercado común en el desarrollo económico de América Latina». *El Mercado Común Latino Americano*, *E/CN 12/531*, Santiago do Chile: Nações Unidas, Texto Redigido por Raul Prebisch, CEPAL, *Op. cit.*, 2000.
- _____. [1994] O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade. In: ROSENTHAL, Gert (coord.), *CEPAL*, *Op. cit.* 2000.
- CHICK, V.; DOW, S. C. A post-keynesian perspective on the relation between Banking and Regional Development. In: ARESTIS, P. (ed.), *Post keynesian monetary economics*. Aldershot, 1988.
- _____. Regulation and differences in financial institutions. *Journal of Economic Issues*, v. XXX, n. 2, 1996.
- DAVIDSON, P. Propositions concernant la liquidité pour un nouveau Bretton Woods. In: BARRÈRE, A. (org), *Keynes aujourd'hui: théories et politiques*. Paris: Economica, 1985.

- _____. Reforming the world's money. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 15, n. 2, p. 153-80, Winter 1992-93.
- DE BRUNHOFF, S. *L'offre de monnaie - critique d'un concept*. Paris: Maspero, 1971.
- _____. *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Les rapports d'argent*. Paris: Maspero, 1979.
- _____. Leuro, un compromis pour une Europe des marchés. In: *La monnaie unique en débat*. Paris: Syros, 1997.
- _____. Which Europe do we need now? Which can we get? In: BELLOFIORE, R. (ed.), *Global money, capital restructuring and the changing patterns of labour*. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, 1999.
- DE BRUNHOFF, S.; BRUINI, P. *La politique monétaire: un essai d'interprétation marxiste*. Paris: PUF, 1974.
- DE VROEY, M. La théorie de la valeur, version travail abstrait. Un bilan critique. In: DOSTALER, G.; LAGUEUX, M. (eds.), *Un échiquier centenaire: théorie de la valeur et formation des prix*. Paris: La Découverte, et Quebec: Presses Universitaires du Quebec, 1985.
- DOBB, M. *Teoria del valor y de la distribución desde Adam Smith*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1977.
- DOW, S. The regional composition of the money multiplier process. *Scottish Journal of Political Economy*, v. 29, n. 1, 1982.
- _____. The treatment of money in regional economics. *Journal of Regional Science*, v. 27, n. 1, 1987.
- _____. *Financial markets and regional economic development: the Canadian experience*. Avebury: Aldershot, 1990.
- FAJNZYLBER, F. Industrialização na América Latina: da "caixa-preta" ao "conjunto vazio". *Cuadernos da CEPAL* n. 60 (LC/G 1534 Ver 1-P), Santiago do Chile, em CEPAL, *Op. cit.* 2000.
- FOLEY, D. The value of money, the value of labour power and the Marxian transformation problem. *Review of Radical Political Economy*, v. 14, n. 2, 1982.
- FRANK, A. G. Capitalism and underdevelopment in Latin America. *Monthly Review Press*, New York, 1967.
- GUTTMAN, R. *How credit-money shapes the economy - The United States in global system*. London/New York: M. E. Sharpe, 1994.
- KALDOR, N. *Essay on economic stability and growth*. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd., 1960.

- KALDOR, N.; MIRRELEES. [1961/62] Growth model with induced technical progress. In: SEN, Amartia (ed.), *Growth economics*. Harmondsworth, Middlesex/ Ontario: Penguin, 1970.
- KEYNES, J. M. [1937] *The collected writings of John Maynard Keynes*. London: Macmillan and Cambridge University Press, 1983, especialmente v. XIII e escritos posteriores à Teoria Geral.
- KRUGMAN, P. R. *Has the adjustment process worked?* Washington, DC: Institute for International Economics, 1991.
- LIPIETZ, A. *Le monde enchanté: de la valeur à l'envol inflationniste*. Paris: La Découverte, 1983.
- MARX, K. *O capital*. V. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *O capital*. V. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MOLLO, M. L. R.; SILVA, M. L. F.; TORRANCE, T. Money and exchange rate: theoretical controversies. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 5, n. 1, janeiro-junho, 2001.
- MOLLO, M. L. R.; AMADO, A. M. Globalização e blocos regionais: considerações teóricas e conclusões de política econômica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 126-166, jan./mar. 2001.
- MUNDELL, R. A theory of optimal currency areas. *American Economic Review*, 51, 1961.
- MCKINNON, Ronald I. Monetary and exchange rates policies for international financial stability: a proposal. *Journal of Economic Perspectives*, v. 2, n. 1, p. 83-103, Winter 1988.
- _____. Optimal currency areas. *American Economic Review*, v. 53, p. 717-725, 1963.
- POLLOCK, D.; KERNER, D.; LOVE, J. Entrevista inédita a Prebisch: los logros y deficiências de la CEPAL. Em *Revista de la CEPAL*, 75, diciembre 2001.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. *Estudio Economico de la América Latina*, 1948 (E/CN 12/89), Nações Unidas e CEPAL, *op. cit.*, 2000.
- _____. Problemas teóricos e prático do crescimento econômico. E/CN 12/221 e CEPAL, *Op. cit.*, 2000.
- _____. Por uma nova política comercial em prol do desenvolvimento. Em : *Hacia una política comercial pro del desarrollo*. Informe del Secretario General de la Conferencia de las Naciones Unidas (E/Conf 46/3) Nações Unidas e CEPAL, *Op.cit*, 2000.
- _____. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. Em : *Hacia una dinámica del desarrollo latino-americano* (E/CN 12/680), Mexico, DF: Fondo de Cultura Económica e CEPAL, *Op. cit*, 2000.

- ROBINSON, J. [1962/1970] Model of Accumulation. In: SEN, Amartia (ed.) *Growth economics*. Harmondsworth, MiddleEssex/Ontario: Penguin, 1970.
- RUBIN, I. Abstract labour and value in Marx's system. Em: *Capital and Class*. Summer, 1978.
- SMITHIN, J. *Controversies in monetary economics* - ideas, issues and policy. Hants: Edward Elgar, 1994.
- STUDART, R. *Investment finance in economic development*. London: Routledge, 1995.
- SWEEZY, P. Marxian value theory and crisis. In: STEEDMAN *et alii*, *The value controversy*. Londres: Verso, 1981.
- TAVARES, M. C. Auge e declínio de substituição de importações. *Boletim Econômico da América Latina*, v. 9, Nova York: Nações Unidas, março de 1964 e CEPAL, *Op. cit.* 2000.

As autoras, agradecem ao CNPq, por financiamentos de pesquisas mais amplas das quais este trabalho é fruto, e os comentários e sugestões de Gabriel Porcile e de pareceristas anônimos que examinaram uma versão anterior deste trabalho. Agradecem também à Representação da CEPAL no Brasil, cujo serviço de Biblioteca providenciou e colocou à disposição vários dos textos antigos aqui usados. A responsabilidade pelas idéias aqui discutidas é apenas das autoras.

(Recebido em abril de 2003. Aceito para publicação em setembro de 2003).